

EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA PARA O TRABALHO

EDUCATION AS MERCHANDISE TO THE WORK

Denise Preussler dos Santos¹

Resumo: Esse artigo trata de um viés na relação do trabalho contemporâneo e a educação fundamental, tendo como referência leituras da revista *Indústria Brasileira*. Procura analisar como os discursos produzidos por essa mídia preconizam, na pós-modernidade, a condução da educação. Da mesma forma, busca identificar que expectativas eles apresentam em relação a uma qualificação e governo dos sujeitos trabalhadores frente ao mercado cambiante. As ferramentas teóricas são incorporadas com autores como Sennett, que apresenta discussões sobre o campo do trabalho, como também Veiga-Neto e outros, que permeiam articulações sobre o conceito de governo. As lentes de análise são as dos Estudos Culturais, e pretendem problematizar e focar novas visualizações sobre algumas práticas educacionais relacionadas com o meio laboral.

Palavras-chave: trabalho. Governo. Educação fundamental.

Abstract: This article is a bias in the relationship of contemporary work and basic education, with reference to readings of Brazilian Industry magazine. It examines how the discourses produced by the media advocate, in postmodernity, the conduct of education. Similarly, seeks to identify what expectations they have for a government "of the qualification and professional subjects facing the changing market. The theoretical tools are incorporated with authors such as Sennett, featuring discussions on the field of work, but also, Veiga-Neto and others, that permeate the joints on the concept of governance. The lenses are the analysis of Cultural Studies, and wish to discuss and focus on new views on some educational practices related to the working environment.

Keywords: work. Government. Primary education.

Introdução

Muitos teóricos sociais têm escrito sobre os processos do trabalho no decorrer dos tempos. Tem animado nossas concepções filosóficas pela história, na idéia da condução da humanidade produtiva e capacitada para tal. Não é novidade que trabalho é uma criação para formar uma sociedade fecunda e direcionada para o desenvolvimento econômico. A educação e os processos de disciplinarização, que demarcam tempo e espaço, engajaram o ser humano nessas imagens de subjetividade especializada para a produtividade.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ulbra/Canoas/RS. Jornalista graduada pela Unisinos/RS. E-mail: pcjornal@terra.com.br.

Deve-se assinalar que a disciplinarização se compõe de práticas regulatórias que buscam governar os indivíduos para colocá-los na vida social, nos arranjos domésticos, escolares, conjugais, políticos, como também, do trabalho. Assim, os seres humanos são interpelados já na infância e imbuídos de subjetividades, motivados por ansiedades e comprometidos como atores que buscam empresariar a própria existência, ou seja o autogoverno.

A julgar essa importância social, algumas análises da relação trabalho e educação são articuladas na mídia impressa, pois a busca pela qualificação dos trabalhadores frente ao mercado cambiante apresenta-se como diretriz na contemporaneidade. Assim, através do exercício da leitura encontrei na revista *Indústria Brasileira*² - editada pela Confederação Nacional da Indústria³ -, a partir de março de 2008, identificação das expectativas de qualificação do trabalhador e a relação com a educação do ensino fundamental. Os textos⁴ da revista *Indústria Brasileira*, expressam a necessidade de qualificação na educação fundamental como alicerce para o desenvolvimento, pois, “sem isso não temos engenheiros lá na frente” (Luiz Aubert, *IB*, junho/2008, p. 22). Dessa forma, permitem o entendimento de que, para o êxito na atividade do trabalhador contemporâneo, o processo educacional fundamental é relevante. Mas o que é ser um trabalhador contemporâneo?

Para visualizar o profissional da atualidade é preciso inseri-lo no mundo do mercado – que é “compreendido, sobretudo, pela sua racionalidade econômica”⁵ -, no mundo capitalista, onde o trabalhador precisa adequar-se e trabalhar em uma época da sociedade de muitos nomes: “sociedade de consumo, sociedade das mídias, sociedade da informação, sociedade eletrônica ou *high-tech* e similares” (Frederic Jameson, 2007, p. 29). Essa nova sociedade com muitos conceitos que é, segundo Jameson, uma formação social que não se rege mais pelo capitalismo clássico, nem pela onipresença das lutas de classe. Está, de fato, inclusa no pós-modernismo. Pós-modernismo? Mas como entender esse termo para pensar na qualificação do trabalhador relacionado ao ensino fundamental, como expressa a revista *Indústria Brasileira*? O que o pós-modernismo é?

² Sobre a revista Indústria Brasileira (IB): É um veículo de comunicação impresso editado pela CNI – Confederação Nacional da Indústria -. A partir de 2003 deixa de ser um simples *house organ* para se consolidar como veículo de suporte à representação industrial brasileira. A revista é locus de discussão de temas de interesse do setor produtivo, e tem como proposta expandir conhecimento sobre o que é produzido pela entidade e seus Conselhos Temáticos: infra-estrutura, educação, política econômica, meio ambiente, relações de trabalho, integração nacional e internacional. Está disponível para leitura no endereço www.cni.org.br/revista

³ [cni.org.br](http://www.cni.org.br)

⁴ <http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF80808121BCA8C70121C01826C471C8.htm>.

⁵ Canelini, 2006, p.51

Para compreendê-lo, o autor ressalta que parece essencial entender o pós-modernismo “não como um estilo, mas como uma dominante cultural: uma concepção que dá margem à presença e à coexistência de uma série de características que, apesar de subordinadas umas às outras, são bem diferentes” (Jameson, 2007, p. 29). Ou seja, o pós-modernismo é o próprio modernismo desenvolvido, “é pouco mais do que um estágio do próprio modernismo” (idem, p. 30), onde uma “mutação” transformou as outras concepções em obsoletas.

Mas é interessante aqui, para entender a necessidade de certas habilidades do trabalhador, pensar em uma das características do pós-modernismo: aquela em que há

uma urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas a aviões), com um ritmo de *turn over* cada vez maior, atribui uma posição e uma função estrutural cada vez mais essenciais à inovação, estética e ao experimentalismo (Jameson, 2007, p. 30).

Esse ritmo de *turn over*, portanto, define o mercado que, assim, cria rupturas, reorganiza freneticamente a cultura, a sociedade e também o mundo do trabalho. Para esse, a (s) presente (s) nova (s) ordem (ns) e suas associações com o capitalismo global mutante afeta (m) o governo dos sujeitos para efetivar, também, a atividade do trabalhador.

Portanto, o presente ensaio objetiva examinar as relações que se estabelecem entre a educação fundamental e a qualificação do trabalhador. Pretende discutir o processo de condução dos alunos para serem produtivos futuramente como profissionais que a sociedade econômica almeja.

Quanto ao quadro teórico adotado, procuro problematizar a relação do ensino fundamental com o meio laboral, a partir de pensamentos dos Estudos Culturais de inspiração pós-estruturalista. Nesse enfoque, o governo será abordado na análise. Em síntese, ele é tido pelo modo como o poder se exerce para conduzir a conduta; uma maneira ou modo de agir de uns sobre os outros – ou sobre a própria conduta - com vistas à ação possível do comportamento alheio (Foucault, 1995).

Análise

Gerir a população para ser protagonista na construção do desenvolvimento é o ideal de crescimento contemporâneo, como o foi na época Moderna. A instituição escolar se inseriu e se insere neste propósito. Ela teve e tem o intuito de fabricar cidadãos úteis, trabalhadores,

felizes, prósperos e autogovernados. Mas por que, atualmente, esse governar-se - produzido na escola - está aquém do que a Indústria deseja? Ou seja,

a indústria brasileira há muito percebeu que se quiser ser competitiva, tomando por base parâmetros internacionais, não poderá apenas contar com as vantagens trazidas pelas constantes inovações tecnológicas. Cada vez mais precisará de pessoas capazes de pensar em novas soluções e caminhos sobre como aplicar a tecnologia e desenvolver outras. O Ensino Fundamental é a raiz de um dos principais problemas enfrentados pelos estudantes: a capacidade de compreender o que lêem (Maria Helena Guimarães Castro, *IB*, agosto/2008, p. 17 – www.cni.org.br/revista)

E o que é ter pessoas “capazes de pensar em novas soluções e caminhos sobre como aplicar a tecnologia” (IB, agosto/2008, p. 17)? É governo? Ele se produz na escola?

A noção de governo, que nesse momento desenvolvo, está ligada a uma perspectiva dos Estudos Culturais. Nessa concepção, governo é tido como o modo pelo qual o poder se exerce para conduzir a conduta; uma maneira ou modo de agir de uns sobre os outros – ou sobre a própria conduta - com vistas à ação possível do comportamento alheio (Veiga-Neto, 2007).

Portanto, a ideia de governo é imanente à instituição escolar. A escola, assim, é uma das instituições do Estado com a finalidade de promover o “governo” através das práticas disciplinares que “tomam o corpo de cada um na sua existência espacial e temporal, de modo a ordená-lo em termos de divisão, distribuição, alinhamento, séries (no espaço) e movimento e sequenciação (no tempo)” (Veiga-Neto, 2007, p. 65). Dessa forma, a escola é uma instituição de “regulação social” com inúmeras práticas:

uma verdadeira tecnologia, cujo fim é tanto alcançar os corpos em suas ínfimas materialidades quanto imprimir-lhes o mais permanentemente possível determinadas disposições sociais (idem, p.70)

O processo escolar pode ser visto, então, como uma “tecnologia” ou “maquinaria humana” (Bujes, 2002), que pode direcionar futuramente o trabalhador da indústria em seu modo de agir sobre a atividade laboral. Assim, não se trata aqui de discorrer sobre o governo como instituição do Estado, mas práticas que sejam produtivas para construir um tipo de cidadão requerido pela vida contemporânea, na qual se inclui a sua condição de trabalhador.

Ao definir o governo e voltar-me para as palavras de Jameson (2007) que falam da vida atual e a relação com o mercado, do pós-modernismo, retomo a primeira

questão e a reformulo: Que trabalhador é esse feito na escola moderna que a indústria quer que se vincule a tão variadas hibridações de mercado, tecnológicas e gerenciais?

Hibridações que, segundo Canclini (2006), são entendidas como um processo de constantes encontros interculturais. Portanto refletem o embate dos modos tradicionais de educação, quando se cruza com novidades tecnológicas e digitais de muitos equipamentos em linguagem computacional da indústria. Que se cruza com gerenciamentos de um mercado de trabalho composto de jovens, de “maduros” e de “sênior”. Que se cruza com espaços que configuram tanto grandes edificações industriais – como, por exemplo, a produção das fábricas calçadistas e suas esteiras de montagem dos sapatos – e até boxes diminutos de setores de atendimento ou de setores administrativos. Que se cruza com o mercado que é eternamente oscilante e busca unicamente a comercialização fácil.

É conflitante, é contraditório, é o pós-moderno que expressa o cotidiano também da organização das empresas e seus funcionários. Então é conveniente falar dele, pois, “por bem ou por mal, não podemos não usá-lo” (Jameson, 2007, p. 25), pois ele representa, em vários campos sociais, as contradições, os dilemas, “as inconsistências das representações” (idem) do que é tido como verdadeiro, racional, linear, objetivo, que leva à desconfiança, inclusive do que é o exercício produtivo no trabalho.

Depois dessas considerações da condição pós-moderna acredito que o que a indústria atual - na voz da revista *Indústria Brasileira* - está buscando no trabalhador - que precisa romper os limites da sua formação na educação moderna - é que ele se governe para evitar o fracasso. O que essa indústria “pensa” para gerir as transgressões que o mercado do consumo preconiza é evitar o fracasso do trabalhador em dirigir suas atividades. Processo que, através dos discursos da revista, podem ser efetivados com o ensino de qualidade nas séries iniciais. Ou seja, promover um novo gerir do governo a partir da escolarização fundamental.

É oportuno, ao tentar dinamizar esse olhar, trazer argumentos para entender o mundo atual repleto de inovações e ambivalências que se interconectam com os sujeitos diferentes, que vivem frente a constantes rupturas e reestruturações entre o tradicional e o moderno, entre o caderno e o computador. Ou seja, as relações dos sujeitos com o mundo denotam a presença do individual – sujeito fabricado na instituição escolar, social e cultural e, portanto, governado – e o global – aqui representado pelo meio do trabalho e seus recursos tecnológicos frente ao mundo globalizado e o mercado instável.

O impacto da formação desse sujeito educado na escola com o mundo do trabalho dá destaque à fragilidade das ligações que criam a sensação de fracasso profissional. Suponho, a partir do que argumento, que o incitamento para a modificação de certas regras e normas de

ensino, se configure na diretriz dos discursos da indústria, quando é relatado que “o desenvolvimento é afetado pelo nível básico de conhecimento da massa da população” (Oliveira, *Indústria Brasileira*, março de 2008 – www.cni.org.br/revista).

Assim, é preciso lembrar que se processam no trabalho práticas de (re)criação. Quer dizer, não ocorrem somente atualizações de práticas de trabalhos tradicionalmente ratificados na modernidade. Por isso, busca-se o trabalhador que saiba gerir o inusitado, mas que possa mesclar com o tradicional para evitar o fracasso e a falta de competitividade mercadológica. Ou seja, que interaja constantemente com o conhecido e com os problemas gerados pela aceleração e diversidade do mercado, na busca do êxito da produção industrial.

Vejamos que “o mercado tornou-se o seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem” (Jameson, 2007, p. 13). O mesmo acontece com o trabalhador que precisa ser seu próprio substituto para promover o crescimento no mundo pós-moderno. Para a educação não deve ser diferente. A nova gestão empresarial há muito deixou de lado os princípios de Henry Ford – organização hierárquica do trabalho – e passou para uma organização em rede baseada na iniciativa dos trabalhadores com a autonomia relativa do trabalho para atingir o lucro.

O que me parece, assim, é que a atual reconfiguração do ritmo do trabalho necessita que todos os sujeitos, mesmo os de classes menos favorecidas em escolarização, estejam tão bem capacitados nas séries iniciais de ensino, que possam adentrar para um corpo de trabalho *high tech*. Isso, pelo simples motivo de que a alta tecnologia está presente nas indústrias mais simples, e qualquer trabalhador precisa trazer consigo - além de habilidades e conhecimentos multiformes - as chamadas competências. Isto é, uma série de capacidades como autonomia, poder de decisão, flexibilidade, adaptabilidade, que tornam o profissional capaz de se autogovernar no trabalho e prosperar. Da mesma forma, ter a competência de processar esse efeito pós-moderno para gerir qualquer situação laboral decorrente, transgredindo fronteiras e (re)configurações pertinentes. Ou seja, todo o trabalhador precisa governar-se efetivamente para subjetivar-se frente aos desafios que a indústria pós-moderna impõe, que, conforme expressam os textos da *Revista*, é possível com a educação fundamental de qualidade. Sobre isso, Moura Castro, consultor da revista *Indústria Brasileira* expressa que com as mudanças da economia mundial há a exigência de

mais competência cognitiva e maior poder decisório de pessoas que estão cada vez mais baixo na hierarquia das organizações. É algo que se traduz na necessidade de mais educação para todos e não para um grupelho no topo da pirâmide (IB, agosto de 2008, p. 14 – www.cni.org.br/revista)

Os processos do mercado pós-moderno e a objetivação do lucro surgem como uma equação que relaciona, então, educação fundamental e qualificação para o trabalhador como mercadorias. Essas, portanto, se regem para ser construídas de modo interdependentes, segundo interesses do poder, instituindo o governo nas práticas profissionais. Explico, a *Revista* expressa a necessidade de trabalhadores com capacidade de usar os conhecimentos adquiridos e continuar aprendendo, como também, que saibam ler e entender um manual de instruções. Esse discurso é expresso na matéria “Educação, uma ferramenta insubstituível” que destaca frases como do diretor-geral do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) José M. Martins:

a indústria moderna que se estabeleceu no Brasil demanda trabalhadores com qualificação de alto nível, em novas áreas do conhecimento, em novas fronteiras da tecnologia. Somente conseguiremos formar um trabalhador com esse perfil se ele possuir uma sólida base educativa [...] É no Ensino fundamental que está a chave do sucesso. (IB, agosto de 2008, p. 15)

A educação assim se torna um bom negócio, uma mercadoria de alto valor para a economia. E o ler e não entender, expresso pela especialista Maria Helena Guimarães Castro (anteriormente citada na página 4)⁶, apresenta-se como um entrave no processo de desenvolvimento almejado pelo discurso da *Revista* e seus especialistas. Ler e entender, portanto, surge como uma técnica que pode propiciar o aumento da utilidade do trabalhador, capturando-o para o exercício das funções laborais contemporâneas. Pois,

ao propor distinções radicais entre diferentes maneiras de ler, bem como as diferentes funções da leitura, Larrosa mostra a possibilidade de fazermos da prática da leitura, na escola e fora dela, um rico processo de subjetivação, em prol da liberdade e da capacidade de autogoverno, de nós mesmos e de nossos alunos (Veiga-Neto, 2007, p. 85)

São práticas que transpassam a formação da sociedade apresentando-se fundamentais na construção de subjetividades – operações pelas quais os indivíduos se constituem como sujeitos – do trabalhador, necessárias às relações assimétricas das ações em constante movimento do trabalho contemporâneo. Assim, é possível entender os discursos da *Revista* ao

⁶ ...cada vez mais precisará de pessoas capazes de pensar em novas soluções e caminhos sobre como aplicar a tecnologia e desenvolver outras. O Ensino Fundamental é a raiz de um dos principais problemas enfrentados pelos estudantes: a capacidade de compreender o que lêem (Maria Helena Guimarães Castro, *IB*, agosto/2008, p.17 – www.cni.org.br/revista)

reivindicar a necessidade de que a capacidade de ler e compreender sejam requisitos fundamentais para os trabalhadores da indústria atual.

Com as articulações até aqui registradas a educação fundamental com estímulo à leitura torna-se um processo pertinente para a eficiência do trabalhador pós-moderno. Pelos textos da mídia em análise, esse período educacional é um meio para tornar apto o profissional a tomar decisões, criar e resolver problemas no sentido que o trabalho exige. Isso significa a escola imaginar e integrar as pessoas como sujeitos flexíveis redirecionados constantemente para a variedade de situações que a própria história contemporânea nos oferece, e evitar o fracasso laboral.

As palavras flexibilidade e fracasso combinam ou se interconectam, então, com o que a indústria e a educação hoje apresentam. Richard Sennett (2004) ao falar do trabalho e da perspectiva do fracasso, diz que hoje “pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais” (idem, p.9). Mas, por não estarem preparados para essas flexibilizações, impregnam-se de ansiedade e da sensação constante de fracasso porque não sabem quais, nem como superar os riscos.

Talvez, para os discursos da revista *Indústria Brasileira*, seja esse o ponto que torna tão importante a promoção do estímulo da leitura e seu entendimento. Pois, ao estar no domínio do entendimento do que lê, o indivíduo tem a possibilidade do autogerenciamento na articulação constante do mundo econômico – ou seja, entende o jogo -, (re)aprende, se apodera dos novos controles, produz e supera obstáculos com habilidades para manter-se no meio laboral.

É inegável que o mundo do trabalho mudou. Outrora se confirmava a necessidade das pessoas estudarem anos e anos objetivando definir uma carreira de longo prazo com padrões pré-estabelecidos.

Todos estavam convencidos de que o uso adequado da ciência, das aptidões técnicas e, mais geralmente do conhecimento profissional podia ajudar homens e mulheres a formar fortes histórias de carreiras, e com isso assumir um controle mais firme sobre suas vidas (Sennett, 2004, p. 145)

Acontece que hoje as rígidas estruturas de trabalho foram substituídas por “formas mais flexíveis de organização, e com uma produção flexível orientada para por mais produtos no mercado, com maior rapidez” (Sennett, 2004, p.147). Então, a estabilidade, mesmo de profissionais altamente qualificados, é desorganizada. Os sujeitos necessitam ajustar-se a “um

eu maleável, uma colagem de fragmentos em incessante vir a ser, sempre aberto a novas experiências” (idem, p.159). Essas palavras do autor fazem pensar na importância do ler e entender para ter habilidades e competências necessárias ao “vir a ser” incessante na vida do trabalhador.

É interessante observar que essas articulações com a flexibilização despertam o que Sennett denomina de “anseio de comunidade” (2004, p.165). “Hoje, no novo regime de tempo, o uso do “nós” se tornou um ato de autoproteção” (idem). Isso nos revela que se forma uma ligação social e o senso de mútua dependência para promover o crescimento ou a superação de obstáculos. Assim, agir com flexibilidade empresarial pressupõe que toda a rede de trabalhadores de uma empresa deva ser ativa pensando no todo, e há o

desprezo pelos trabalhadores aos quais se precisa dizer o que fazer, que não tomam iniciativa por conta própria. A ideologia do parasitismo social é um poderoso instrumento no local de trabalho; o trabalhador precisa mostrar que não está se aproveitando do trabalho dos outros (Sennet, 2004, p.167)

Isso cria uma associação de dependência para a independência, pois há a necessidade do outro para haver a troca. Suponho ser esse um dos fatores que desencadeia nos discursos da Indústria - que ora analiso – a preocupação com a formação escolar dos indivíduos. A autoproteção pelo senso da dependência mútua. A indústria precisa de todos os profissionais capacitados para prosperar. Isso justifica o interesse para que a educação fundamental seja de qualidade. Também, para a preocupação com o ler e entender como meio de instituir a formação de indivíduos com as capacidades exigidas pelo mundo do trabalho atual. Esse discurso pode ser observado na *Revista*. Seus textos expressam a necessidade de trabalhadores com a capacidade de usar os conhecimentos adquiridos e continuar aprendendo, como também, que saibam ler e entender um manual de instruções para evitar o fracasso:

Quem sabe, algum dia, nossos funcionários dispensarão muitos de nossos treinamentos formais, dizendo: Não precisa me capacitar. Basta me dar o manual de instruções, pois eu aprendi a ler na escola (Oliveira, João Batista A. *IB*, março de 2008, p. 50. www.cni.org.br/revista)

Considerações finais

As evoluções e direções da profissionalização servem como um campo fértil para refletirmos a condução da sociedade e da educação. Temos, através dos tempos, naturalizado o trabalhador como aquele indivíduo que segue regras, obedece ordens e serve comandos. Porém, ao nos depararmos com as instabilidades pós-modernas, suas flexibilizações e

inconsistências econômicas, se percebe o choque dessa construção com a necessidade e inclusão de novas habilidades que o campo do trabalho atual requer.

A indústria, então, passa a visualizar a educação como importante engrenagem e base para a competitividade. Segundo o discurso da revista *Indústria Brasileira*, os empresários brasileiros sabem que, ao lado dos avanços no ambiente institucional e na infra-estrutura, “um dos desafios mais importantes para o crescimento de seus negócios e do País é poder contar com recursos humanos qualificados” (edição 93, p. 03).

Discursos como esses demonstram a busca de trabalhadores com perfis substituídos de operários para operadores. Ou seja, “um gráfico, há 30 anos vivia com um macacão sujo de graxa. Hoje, opera um computador” (*IB*, junho 2008, p.22). Com isso posso dizer que se apresenta a idéia de que o trabalhador da indústria é socialmente construído na educação. Ou seja, ser um trabalhador se detém num conjunto de aptidões, disposições e capacidades para as exigências do trabalho contemporâneo, que, conforme a revista, são inicialmente produzidas a partir do processo de educação fundamental.

“Foi-se a época em que o chefe dava ordens e os empregados simplesmente as cumpriam” (*IB*, Ed.90A, 08/2008, p.32). O profissional deve deixar de pensar como um funcionário e atuar como um gerente de negócios. Deve se autogerir no trabalho. Dessa forma, a indústria para ser competitiva no mercado necessita que seus profissionais tenham competências que preconizem constantes rearranjos organizacionais, que busquem resultados e detectem oportunidades. Capacidades que, conforme os textos da revista *Indústria Brasileira*, podem ser adquiridas no processo educacional fundamental ao propiciarem a efetivação e compreensão da leitura

Assim, não se trata de produzir indivíduos dóceis e disciplinados, mas capazes o bastante para serem flexíveis e se ajustarem a um ambiente de “curto prazo” dos tempos atuais. Capazes de prosperar num mercado de trabalho regido pela “flexibilidade” (Sennett, 2004), que requer um indivíduo adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas.

Assim, “as crianças têm de aprender a aprender, tendo a capacidade de leitura, a de cálculo e a de pensar” (*IB*, junho de 2008, p.13), para elevar o potencial de competitividade do País e da Indústria. Pois as transformações tecnológicas e das formas de organização do trabalho “exigem maior competência cognitiva e maior poder decisório de pessoas que estão cada vez mais baixo na hierarquia das organizações” (*idem*). Isso requer, como enfatiza a *Revista*, a necessidade de educação fundamental de qualidade. (*IB*, agosto de 2008, p. 14). Pois hoje, destaca Maria Helena Guimarães de Castro, integrante do Conselho Temático de

Educação da CNI, o ensino fundamental é a raiz de um dos principais problemas enfrentados. Educação fundamental, então, surge como mercadoria para o trabalho contemporâneo, que pode aumentar a competitividade e evitar o fracasso industrial.

O presente estudo, portanto, pode servir como um gatilho ou detonador para que a sociedade, frente à crise escolar e ao aumento do desemprego que a atualidade presencia, reflita e entenda quão relacionada está todo o processo educacional e a formação de habilidades para tornar um indivíduo feliz e próspero profissionalmente.

Referências

BUJES, Maria Isabel E. **Infância e Maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, , 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1995.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABYNOW, Paul. **Michael Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

JAMESON, Frederic. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. Ed. Ática: São Paulo, 2007.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Record: Rio de Janeiro, 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Autêntica: Belo Horizonte, 2007.

Revista Indústria Brasileira – www.cni.org.br/revista

Texto recebido em 06/01/10

Aprovado em 03/03/10